

Coordenação:

Dr. Héctor Ricardo Leis

Vice-Coordenação:

Dr. Selvino J. Assmann

Secretaria:

Liana Bergmann

Editores Assistentes:

Doutoranda Brena Magno Fernandez

Doutoranda Sandra Makowiecky

Linha de Pesquisa

A CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE

EDUARDO VIOLA E HÉCTOR R. LEIS

**MUDANÇAS NA DIREÇÃO DE UMA GLOBALIZAÇÃO
MULTIDIMENSIONAL COMPLEXA**

Nº 40 - Novembro 2002 (*Série Especial*)

Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas

A coleção destina-se à divulgação de textos em discussão no PPGICH. A circulação é limitada, sendo proibida a reprodução da íntegra ou parte do texto sem o prévio consentimento do autor e do programa.

Capítulo X da série : I Seminário Internacional Regional de Estudos Interdisciplinares: Condição Humana e Modernidade no Cone Sul da América Latina, realizado no período de 19 a 21 de junho de 2002, pelo Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Eduardo Viola e Héctor Ricardo Leis***

*Eduardo Viola - Nasceu em Buenos Aires, 1949. Em 1976 emigrou para o Brasil e em 1989 naturalizou-se brasileiro. É Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, 1982, e pós-doutorado em economia e política ambiental pela Universidade de Colorado, 1991. Atualmente é professor titular de relações internacionais da Universidade de Brasília e pesquisador sênior do CNPq. É autor de mais de 80 artigos, publicados em livros e revistas especializadas em Brasil, EUA, Argentina, Reino Unido, Holanda, França, Espanha, México, Israel e Venezuela. Foi professor das universidades de Stanford, Amsterdam, Colorado at Boulder, Notre Dame, UNICAMP, Federal de Santa Catarina, Federal de Rio Grande do Sul, San Martin e Buenos Aires.

**Héctor Ricardo Leis- Nasceu em Avellaneda, Argentina, 1943. É Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro. É professor de ciências políticas na Universidade Federal de Santa Catarina, onde atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. É também pesquisador do CNPq e co-editor da revista *Ambiente & Sociedade*, assim como membro de vários conselhos de revistas nacionais e estrangeiras e outras instituições científicas. Foi professor convidado de vários centros e universidades nacionais e estrangeiras. Autor de numerosos artigos científicos e livros, entre os quais se destacam: *Ecologia e Política Mundial* (Rio de Janeiro, 1991); *O Labirinto: Ensaio sobre Globalização e Ambientalismo* (São Paulo, 1996); *La Modernidade Insustentable* (México, 2001).

Mudanças na direção de uma globalização multidimensional complexa

I.

Nas últimas duas décadas do século XX todos os estados, povos e indivíduos do planeta tornaram-se progressivamente parte de um mundo global.¹ Da mesma forma que aconteceu em outros momentos de grandes mudanças históricas, as relações entre as diversas partes do todo sofreram profundas alterações com a chegada da nova ordem global. A globalização foi extraordinariamente acelerada pelo fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética. A década de 1990 foi marcada simultaneamente pela intensificação da globalização econômica e pela erosão da governabilidade baseado nos estados nacionais. De acordo com a teoria da globalização multidimensional, elaborada por D. Held, A. McGrew, D. Goldbatt & J. Perraton (Held et al, 1999; ver também R. Keohane & J. Nye, 2001), a globalização não deve ser pensada como uma condição singular, mas como um processo ou conjunto de processos interconectados que se desenvolvem em varias dimensões (basicamente: econômica, política, militar, ecológica, social e cultural). Não surpreende então que em diversos momentos do processo essas dimensões adquiram relevância diferenciada. Assim como na década de 1990 se verificou que a ordem mundial girou, praticamente, em torno da economia, deve ser assumido que, após os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, está produzindo-se uma reestruturação da ordem que levará as questões de segurança e governabilidade a comandar as relações internacionais.

Na última década do século XX, no mundo constituído pelos países desenvolvidos de renda alta e os países emergentes de renda média houve uma aceleração simultânea das quatro sub-dimensões da globalização econômica: comercial (grande crescimento do comercio internacional), financeira (grande expansão de mercados financeiros de escopo global), produtiva (transnacionalização crescente das cadeias produtivas intra-corporativas e inter-corporativas) e tecnológica (extraordinária onda de inovação tecnológica com grande crescimento da produtividade sistêmica da economia). A aceleração da globalização econômica manteve o alto nível de integração social das sociedades desenvolvidas. Nas sociedades de renda média (como Brasil e várias outras da América Latina), a aceleração da globalização tendeu a manter ou aumentar a marginalidade/exclusão de vastos setores da população. A maior parte dos países de renda baixa se mantiveram excluídos da globalização econômica, tendo havido neles um extraordinário crescimento do sofrimento humano.

Nos anos 90, simultaneamente com a intensificação da globalização econômica, houve uma significativa erosão da governabilidade no mundo produzida por uma combinação de sete fenômenos interligados, que são apresentados a seguir:

¹ Para referencias complementarias sobre o tema da globalização na obra dos autores, ver: Viola & Leis, 2001a e 2001b.

- 1) O fracasso ou colapso do estado nacional em vastas regiões, as quais passaram a constituir áreas de caos econômico, pobreza crescente e guerra civil (maior parte da África subsahariana, partes da Ásia Central, Colômbia, Haiti, Iugoslávia etc.).
- 2) A considerável erosão do estado nacional em áreas que sofreram significativo retrocesso econômico e social de suas populações (Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Bulgária, Romênia, região Andina, grande parte de América Central, Indonésia, Paquistão etc.).
- 3) A expansão das redes criminais globais dedicadas ao tráfico de drogas, armas, migrantes, animais silvestres, prostituição e órgãos humanos. Essas redes criminais criaram meios efetivos de lavagem do dinheiro (vindo de suas atividades ilícitas) dentro da economia legal, seja através dos paraísos fiscais, seja no próprio coração da economia dos países desenvolvidos e emergentes. As redes criminais globais promoveram a expansão do crime entre as populações marginalizadas dos países de renda média e baixa, criando problemas gravíssimos de segurança pública nestes países.
- 4) O desenvolvimento de um novo tipo de estado totalitário que objetiva manter a legitimidade frente a suas populações e seu lugar no mundo com o desenvolvimento de armas de destruição em massa. Iraque e Coreia do Norte são os principais expoentes destes estados. Irã, que se incluía nesta categoria no início da década de 1990, está tendo um importante processo de democratização desde 1996 que está mudando a característica do estado. Irã é hoje uma sociedade e estado profundamente divididos, entre, de um lado, um presidente e um legislativo orientados para a democracia e a secularização (apoiados fundamentalmente pela população mais jovem), e, de outro lado, um Conselho Revolucionário e um Poder Judiciário controlados pelo clero que rejeitam fortemente a democracia e os valores ocidentais.
- 5) O crescimento de um sentimento antiamericano em vastos setores da população mundial, derivado do papel central dos EUA no sistema mundial. Esta rejeição está misturada, muitas vezes, com sentimentos ambíguos de admiração e desejo de imitação. O perfil específico do sentimento antiamericano varia muito por países e setores sociais (dentro de cada país), mas podemos diferenciar pelo menos três “justificativas” associadas a este antiamericanismo: 1- a riqueza e sucesso americano são produto da exploração do resto do mundo; 2- os EUA impõem seus valores e seu estilo de vida destruindo os de outras sociedades; e, 3- os EUA não assumem as responsabilidades globais derivadas de seu papel central no mundo. Mais recentemente, esses sentimentos foram acentuados pela política externa unilateralista iniciada pelo presidente Bush que levou a: retirada do Protocolo de Kyoto para redução das emissões de gases estufa; retirada do protocolo de verificação do tratado contra a proliferação de armas biológicas; retirada da conferência da ONU, em Durban, contra o racismo e a xenofobia; e disposição de denunciar o tratado ABM de proibição de mísseis antibalísticos. É evidente que a política do governo Bush reforçou o já existente sentimento antiamericano, em graus variáveis de intensidade, em vastas regiões do mundo, com uma maior concentração no mundo islâmico, e inclusive à emergência onde antes quase não existia, como no caso da Europa.
- 6) A rápida expansão do fundamentalismo islâmico como principal movimento antiocidental. Ainda quando continue sendo uma minoria no conjunto dos mais de um bilhão de adeptos da religião islâmica, o fundamentalismo islâmico tem crescido no último quarto do século 20 devido a seis fatores: 1- expansão do capitalismo e da democracia no mundo (o setor do islamismo mais conectado com as origens medievais se sente extremamente ameaçado pela modernidade ocidental, em geral, e o liberalismo,

em particular); 2- apoio de potências ocidentais a regimes economicamente conservadores e corruptos no mundo árabe; 3- apoio incondicional de EUA a Israel; 4- revolução islâmica radical no Irã em 1979; 5- presença ostensiva de vasto contingente de forças armadas americanas na região do Golfo Pérsico desde 1990; e 6- regime de sanções econômicas contra Iraque (desde 1991), que tem contribuído muito para agravar o sofrimento do povo iraquiano e servido pouco para combater o regime de Saddam Hussein. Deve ser observado que, no momento do 11 de setembro, o fundamentalismo islâmico era muito poderoso em vários países: Afeganistão, Paquistão, Sudão, Egito, Argélia, Palestina, Irã, Líbano, Síria, Yemen, Arábia Saudita. Em alguns destes países, como Egito e Arábia Saudita, regimes autoritários pró-americanos encontram-se ameaçados de ser derrubados pelo fundamentalismo islâmico. De outro lado, como uma mostra de que não existe incompatibilidade entre islamismo e democracia, a Turquia é um país islâmico que tem hoje um regime democrático relativamente estável, e Indonésia, Bangladesh, Albânia e Senegal são países islâmicos com regimes democráticos incipientes.

- 7) Por último, intimamente vinculado ao fator anterior, se registra o nascimento e desenvolvimento de redes terroristas globais predominantemente ligadas ao fundamentalismo islâmico e objetivando combater as democracias ocidentais (principalmente Israel e EUA). A principal rede terrorista global ainda é a Al Qaeda de Bin Laden, que tinha como principal base territorial o Afeganistão do regime Talibã (um dos mais totalitários e repressivos do século 20), irradia-se por vários países islâmicos tolerantes com o fundamentalismo e chega a atingir vários países ocidentais (no total está presente em aproximadamente 30 países). A Al Qaeda foi escalando os seus objetivos de guerra, indo primeiro contra as forças armadas americanas, depois contra o conjunto da população americana e, finalmente, contra a civilização judaico-cristã. As várias redes de terrorismo global procuram maximizar seu poder produzindo eventos de terrorismo catastrófico, como o de 11 de setembro, ou eventos de terrorismo biológico, nuclear ou químico.

Compreender a complexidade do mundo do início de século XXI nos demanda ir além dos principais enfoques teóricos das relações internacionais – o neo-realismo e o institucionalismo liberal – diferenciando quatro grandes dimensões de clivagem e alinhamento: interestatal, civilizatória, democracia versus não democracia, e dentro da democracia, liberalismo versus comunitarismo.

Em primeiro lugar temos a clássica clivagem entre os estados nacionais que continua sendo uma fonte fundamental de competição e cooperação, com uma diminuição do peso relativo do conflito e um aumento do peso da cooperação (comparado com o período da Guerra Fria) devido à intensificação da interdependência econômica e tecnológica. Na ordem interestatal os EUA ocupam uma posição de superpotência, sendo que na sub-dimensão militar ocupam uma posição de altíssima centralidade e na sub-dimensão econômica compartilham a centralidade com a União Europeia e Japão. A seguir vem as potências regionais: Rússia, China, Índia e Brasil. Pela eficácia e eficiência de sua governabilidade os estados podem ser classificados em Desenvolvidos, Emergentes, Semi-fracassados e Fracassados.

Na segunda dimensão temos a diferenciação entre as grandes civilizações, do qual a obra de Huntington (1997) tornou-se referência fundamental, a saber: Ocidental, Latino-americana, Eslava, Japonesa, Confuciana, Islâmica, Hinduísta e Africana. A civilização Ocidental ocupa definitivamente o lugar de vanguarda do processo civilizatório porque a combinação da economia de mercado, o individualismo, o estado de direito e a democracia representativa produziram uma sociedade muito superior no domínio da natureza e na construção de uma tecnosfera. A civilização Japonesa já convergiu plenamente com a Ocidental. A civilização Latino-americana apresenta hoje alta heterogeneidade, indo desde a bastante convergência com Ocidente, nos casos de Chile, Costa Rica, Uruguai, Brasil e México até a máxima distância, nos casos de Cuba, Haiti, Nicarágua, Guatemala e Honduras. A civilização Eslava inicia apenas em 1989 o processo de aproximação com Ocidente, sendo que essa aproximação é cheia de avanços e retrocessos. Desde o 11 de setembro a liderança de Putin na civilização Eslava está produzindo uma aceleração da convergência com Ocidente. A civilização Confuciana é impulsionada na direção da convergência com Ocidente por causa do vetor tecnológico e é impulsionada para tomar distância com Ocidente pelo vetor sócio-psicológico. A civilização Hinduísta mantém-se muito distante de Ocidente na medida que conserva o regime de castas, mas aproxima-se de Ocidente por causa do vetor tecnológico e pela democracia política. A civilização Islâmica está em processo de confronto com a civilização Ocidental e, em menor medida, com as civilizações Hinduísta, Eslava e Chinesa. A civilização Africana depois de ter sido parcialmente ocidentalizada durante o período colonial de meados do século 19 a meados do século 20 está em processo de devastadora regressão, sendo território fértil para o avanço do Islamismo.

Na terceira dimensão temos a clivagem entre o Mundo Democrático (fortemente enraizado nas civilizações Ocidental e Japonesa, quase consolidado em algumas partes da civilização Latino-americana, e frágil em outras partes de América Latina e nas civilizações Hinduísta e Eslava) e o Mundo Não-democrático (a maior parte das civilizações Chinesa, Islâmica e Africana).

Na quarta dimensão temos, dentro do Mundo democrático, a clivagem entre o liberalismo e o comunitarismo. O liberalismo é a corrente dominante em todo o mundo democrático (exceto Japão) e se baseia no predomínio do indivíduo sobre os grupos, no predomínio do mercado sobre a política, na meritocracia e na representação política com participação esporádica através dos partidos políticos. O comunitarismo é uma corrente secundária dentro do mundo democrático (exceto no Japão onde é predominante), tendo tido períodos de grande avanço como na rebelião estudantil de 1968, na utopia da governabilidade através da sociedade civil mundial logo depois do fim da Guerra Fria, e no movimento antiglobalização de Seattle a Porto Alegre. O comunitarismo se baseia no predomínio do grupo sobre o indivíduo, no predomínio da política sobre o mercado (sendo que nas suas formas mais extremas existe uma rejeição do mercado) e na alta participação política através de múltiplas estruturas associativas, sejam mais adscritivas (por gênero, etnia, língua e categoria profissional) ou mais baseadas nas opções construídas individualmente (como os movimentos sociais ambientalista, antinuclear, pacifista e culturais).

II.

Das circunstâncias do mundo atual podem ser extraídas várias conclusões. Hoje, por exemplo, não apenas se verificam alterações no peso relativo de cada um dos estados, de acordo com sua inserção e capacidade de ação no novo contexto, mas também se assiste a uma tremenda aceleração e intensificação das mudanças que acontecem dentro da nova ordem. Assim, é possível encontrar estados que pulam vários escalões e outros que praticamente caem da escada (como foi o caso de Rússia tempo atrás, e como está sendo o caso de Argentina, mais recentemente). Porém, ninguém fica de fora da globalização, todos os estados, povos e indivíduos do planeta, de um modo ou outro, contribuem e são afetados pelas transformações globais em curso.

De um ponto de vista formal, a ordem mundial existente continua assemelhando-se bastante com a sociedade internacional de estados em vigor nos séculos XIX e XX. Mas, observando a intensidade e complexidade das relações sociais que constituem o mundo atual, se comprova que esses estados entraram, nas últimas décadas, em um processo de profunda interconexão e interdependência que significa uma mudança qualitativa em relação ao padrão anterior. Hoje, a circulação de capitais e mercadorias, de tecnologias e populações, de valores e crenças políticas e sociais, de comunicações e riscos ambientais, é de tal velocidade e intensidade que todos os indivíduos do planeta, de uma forma ou outra, passaram a viver numa realidade comum. No entanto, não todos vivem nessa realidade nas mesmas condições. De fato, o mundo contemporâneo é formado por três “mundos” interconectados e diferenciados: um formado pelos países que integram a OECD, com sólidas economias de mercado e regimes democráticos estáveis; um outro, integrado por países de características heterogêneas, em transição para economias de mercado e/ou regimes democráticos (o espectro aqui vai de países como Brasil e Polônia, próximos do grupo anterior, até Arábia Saudita e China, com algum grau de economia de mercado, mas sem democracia); e, por último, um outro integrado por países onde prevalecem forças e valores neofeudais, que portanto não avançam nem na direção da economia de mercado, nem da democracia, (como é o caso de muitos países de África, Meio Oriente e Ásia Central). Entender o aparente paradoxo de um mundo global composto de realidades diferenciadas é a principal chave para a interpretação do mundo contemporâneo. Neste contexto torna-se essencial clarificar o conceito de governabilidade global.

O senso comum associa o fenômeno da globalização quase exclusivamente com o funcionamento do mercado. Certamente, as transformações globais da política são mais difíceis de observar que as da economia. Porém, dos fenômenos acima apresentados se deduz facilmente que, no mundo atual, a política está quase tão globalizada como a economia, possuindo tudo tipo de ramificações, no interior e exterior das fronteiras nacionais. Ramificações que englobam não apenas aos atores políticos tradicionais, mas a um conjunto de novos atores não estritamente políticos, procedentes da sociedade civil e do mercado. Esse fenômeno de “mistura” entre atores de várias dimensões não deve ser entendido apenas como um efeito da globalização no campo da política, mas como uma das características principais da globalização. Esta supõe, precisamente, uma intensificação e extensão das relações existentes no interior dos campos da economia, da sociedade civil e da política, assim como uma forte “mistura” e re-hierarquização de elementos de diferentes setores. Aspectos esses que constituem uma novidade em relação a processos anteriores e devem ser interpretados como propriedades emergentes da globalização. Novidade que,

curiosamente, não é capturada pelas visões mais radicais, sejam negativas ou positivas, da globalização.²

O radicalismo (ideológico) das visões incondicionalmente a favor ou em contra da globalização as impede de enxergar a complexidade dos processos da globalização que levam a uma violenta transformação das barreiras culturais, econômicas e políticas, entre diferentes setores e atores da sociedade nacional e internacional. Transformação que, por sua vez, obriga a uma reestruturação das hierarquias tradicionais entre esses diversos atores, tanto no cenário nacional como internacional, assim como dos valores que orientam e legitimam as ações dos mesmos. Hoje, uma corporação transnacional, um estado, um grupo de terroristas ou ainda um indivíduo isolado, podem desencadear uma ação com equivalentes repercussões locais e globais. Obviamente, não qualquer ação implica os mesmos efeitos na escala global, mas o contexto da globalização permite, precisamente, que uma ação possa ter grandes ou pequenos efeitos, independentemente de suas limitações estruturais de origem. No mundo contemporâneo, uma ação obriga ao observador e/ou participante a prestar atenção, simultaneamente, para efeitos previsíveis na sua esfera tradicional de abrangência e para efeitos não previsíveis em outras esferas, os quais hoje possuem uma potencialidade tremenda e desconhecida, em comparação com qualquer outra época anterior da humanidade.

Essa potencialidade para oportunidades e efeitos inesperados gera uma grande quantidade de tendências contraditórias. Talvez as duas mais visíveis da globalização sejam a de integração e fragmentação. Rosenau (1997) inventou o termo de *fragmigration* para chamar a atenção, precisamente, para efeitos que levam simultaneamente para uma maior integração e uma maior fragmentação da vida social contemporânea. De fato, na ordem política da globalização encontramos que a ordem e a desordem sempre aparecem juntas. Esta circunstância pode ser observada facilmente no nível dos estados, que de antigos organizadores soberanos da ordem mundial passaram agora a ter suas funções e competências reorganizadas pela ordem mundial. No passado, os estados exerciam um poder político decisivo sobre a vida de populações e territórios nacionais, e era dessas mesmas populações e territórios nacionais que os estados derivavam sua autoridade e poder. Mas no mundo da globalização estão emergindo progressivamente fatores que afetam a vida social do planeta como um todo e que não estão baseados exclusivamente em poderes estritamente políticos sobre territórios e populações nacionais. Seja, através de empresas, corporações científicas, movimentos sociais, organizações não-governamentais legais e ilegais (máfias, terrorismo), o mundo contemporâneo está sendo desafiado e redefinido em forma rápida e intensa por uma multiplicidade de fatores e atores globais que se entrecruzam e vinculam de forma criativa e constante com a política. A atual reorganização das relações de poder a nível global é assim um fenômeno complexo que tira aos estados de sua indiferenciação formal, colocando a responsabilidade pelos acontecimentos num conjunto hierarquizado de atores estatais, econômicos e sociais. Por isto, o foco da governabilidade política contemporânea não pode residir num

² Utilizando a terminologia e análise propostos por Held et al. (1999:10) verifica-se que nem os hiperglobalistas, nem os céticos, conseguem captar essa novidade.

multilateralismo estatal de tipo “horizontalista”, senão num multilateralismo hierarquizado que englobe ao conjunto dos sistemas político, econômico e social.

Não deve existir dúvida sobre o caráter complexo da política no mundo atual. Imaginar que partindo da noção de soberania nacional os estados têm condições de atender a todos os problemas mundiais é hoje uma utopia maior ainda do que era na primeira metade do século XX. As profundas transformações acontecidas na época da globalização não negam aos estados a responsabilidade que lhes cabe na construção da governabilidade. Mas a alta fluidez dos acontecimentos no contexto da globalização nos obriga a pensar a política mundial de acordo com a capacidade real (e não simbólica) dos estados; do mesmo modo que nos obriga a pensar a governabilidade a partir de atores e valores realmente vigentes. Apesar dos estados serem ainda atores fundamentais da política mundial, eles já não conseguem impedir a emergência de atores (não-estatais) com crescente capacidade de ação global. Ainda os pequenos atores que se posicionam contra a globalização (pensemos, por exemplo, nos diversos grupos de ativistas que assistem às reuniões de cúpula do Grupo dos Sete ou do FMI expressando sua cólera contra a globalização) possuem uma concepção e prática global da política. Portanto, não é relevante o tamanho ou a relevância histórica dos atores, nem que sejam nacionais ou sub-nacionais, ou que estejam a favor ou em contra da globalização, todos eles são parte do mesmo cenário global da política contemporânea, em maior ou menor grau. Esta circunstância traz importantes consequências que não são fáceis de registrar pelos observadores tradicionais da política mundial. O fato que hoje qualquer ator se insere num cenário globalizado faz que a governabilidade global tenha que ser concebida como uma governabilidade democrática, porém precária. Isto quer dizer que a governabilidade funciona ainda com regras pouco consolidadas, as quais precisam ser mais firmemente estabelecidas e, inclusive, impostas pela força àqueles que não as aceitem. A grande quantidade de transições para a democracia, havidas no mundo nas últimas duas décadas, assim como o significativo aumento da vigência do direito internacional sobre a vida das nações e indivíduos, são fatos positivos vinculados à globalização que, em muitos casos, não teriam acontecido se não fosse através de algum tipo de pressão ou violência por parte dos países mais comprometidos com a governabilidade global (são exemplos disto tanto Kosovo como Afeganistão).

Os atos do 11 de setembro de 2001 encontraram uma humanidade com crescente consciência do mundo como lugar único, porém caminhando na direção de uma globalização multidimensional de características basicamente sistêmicas, onde “as coisas corriam sozinhas”. Mas agora se visualiza o processo de construção de uma globalização onde os principais atores da ordem mundial não terão condições de evitar as consequências de seus atos em termos de uma contribuição maior para um lado ou outro dos diversos dilemas que sejam colocados na agenda. Hoje, por exemplo, se verifica que tanto os indivíduos como os principais atores do cenário internacional estão tomando e/ou assumindo decisões realistas destinadas a impor pela força normas de direito universal em países e lugares submersos na barbárie (portanto, esvaziados de tais normas).

Um aspecto civilizatório fundamental para ser incorporado na ordem futura passa pela reversão parcial do altíssimo poder que os mercados tiveram para organizar as sociedades durante a década de 1990. Esta alternativa é possível e provável, mas demandará de uma forte dose de decisionismo político a fim de impor uma estrutura de estados pós-

westfalianos hierarquizados, agindo como agentes de segurança e justiça global. Essa estrutura de estados hierarquizados deverá ter no seu topo os EUA, em segundo lugar a União Européia, Japão, Rússia, China e Índia, e a seguir todos os outros estados integrados na economia globalizada. Esse sistema de segurança e justiça global tenderá a ser predominantemente intergovernamental (incluindo componentes trans-governamentais) e estará baseado no poder real dos países no início do século XXI, expressado como uma combinação dos seguintes fatores: consolidação e projeção do estado de direito, tamanho e dinamismo da economia, intensidade do desenvolvimento científico-tecnológico, tamanho da população, recursos naturais disponíveis (terras agriculturáveis, água, biodiversidade, petróleo etc.), eficácia da governabilidade, recursos militares disponíveis e capacidade de projeção de poder. Esse enfraquecimento parcial dos mercados não implicará uma volta aos keynesianismo dominante até a década de 1980 (embora exista no curto prazo, um novo intervencionismo para diminuir os efeitos da crise sobre os setores econômicos diretamente afetados pelos atentados, como as companhias aéreas), mas acarretará uma expansão da esfera estatal (aumento da proporção do setor segurança pública no conjunto da economia) e o desenvolvimento de uma arquitetura de governabilidade global orientada a aumentar a segurança dos indivíduos e das sociedades menos dependente dos mercados, como a existente hoje.

A circulação global desenfreada de capitais especulativos que predominou na década de 1990 terá que sofrer freios significativos, instalando-se controles sobre a lavagem de dinheiro derivado dos ilícitos transnacionais (os atuais paraísos fiscais serão obrigados a mudar significativamente seu lugar na economia global). Vale a pena ressaltar que o Fundo Monetário Internacional não está à altura da complexidade da globalização financeira contemporânea. Em primeiro lugar, porque o FMI foi modelado por um sistema de fortes restrições a circulação internacional de capital privado predominante entre o fim da segunda guerra mundial e o início da década de 1970, longe portanto da realidade, de início do século XXI, de gigantesca circulação global de capitais. Como a realidade financeira global mudou sem que mudasse significativamente a estrutura e missão do FMI, este perdeu características de instituição voltada para a definição de políticas globais, para concentra-se mais especificamente em problemas dos países em desenvolvimento de América Latina, Ásia e África, criando assim um vácuo em relação à governabilidade do sistema financeiro global, sendo que este vácuo foi preenchido apenas parcialmente pela coordenação dos bancos centrais dos G7 e pelo Banco de Compensações Internacionais de Basileia. E, em segundo lugar, porque no mundo atual não se pode presumir que os países pobres com os quais o FMI se relaciona tem condições de definir e assumir compromissos responsáveis no plano econômico e financeiro. A intensidade da globalização econômica gerou uma certa esquizofrenia, na medida que o Sistema Bretton Woods reconhece por um lado a autonomia e a soberania dos estados para definirem suas estratégias econômicas nacionais mas, por outro, a atual dinâmica deixa aos estados pobres (e as vezes também aos estados médios) desprovidos de recursos para seguir alternativas que não sejam as definidas pelo FMI. Em outras palavras, hoje se tornou necessário redefinir o FMI dando-lhe poderes e atribuições globais, em condições de regular a circulação global de capitais e de coibir a lavagem de dinheiro derivada de atividades criminais e a evasão fiscal internacionalizada (esta última afeta fundamentalmente aos países emergentes, mas também aos países desenvolvidos e aos pobres). Uma nova estruturação e missão do FMI permitiriam garantir tanto a governabilidade global do sistema, quanto uma gestão adequada dos recursos dos

países emergentes e pobres, que lhes evite ser sugados pelas forças especulativas do mercado mundial.

Assim como a governabilidade global é incompatível com os valores e práticas autoritárias ou totalitárias, na mesma medida haverá cada vez menos lugar para esse tipo de atores num mundo crescentemente globalizado. A política na época da globalização pressupõe os atributos da democracia e o estado de direito. Sem ter, minimamente, obediência à lei, esfera pública e prestação de contas (*accountability*), não existirá nenhuma chance para que os atores de um sistema global, provenientes de diversas culturas e dimensões da vida social (estatais e não-estatais), possam estabelecer rotinas e procedimentos capazes de resolver problemas e conflitos. Do mesmo modo, a governabilidade global exige também uma cultura política que viabilize de forma eficiente o entendimento mútuo e a procura de objetivos comuns. Em outras palavras, exige que os atores possuam valores e expectativas racionais, responsáveis e tolerantes (isto é, que não sejam fundamentalistas, oportunistas ou utópicos). Em outras palavras, a construção de governabilidade global demanda dos diversos atores uma visão democrática e cosmopolita, ao mesmo tempo que realista, da política mundial.

Desde o começo da modernidade, a ascensão do estado-nação colocou a identidade nacional no centro da vida política. Uma característica central dos atores nacionais é a hierarquização do chamado “interesse nacional”. Até os valores morais são colocados de lado quando o interesse nacional é supostamente ameaçado. Os filósofos clássicos do cosmopolitismo (como Kant) estabeleceram uma clara barreira contra os exageros do “nacionalismo”, afirmando que a comunidade moral tem prioridade sobre a comunidade nacional. A preocupação destes filósofos foi tradicionalmente apresentada como relacionada com a humanidade como um todo. Porém, a posição cosmopolita remete a algo mais que a uma simples substituição de interesses particulares por universais. O cosmopolitismo não pode ser reduzido a um tipo de cidadania global e uniforme baseada em leis morais. Do fato que a identidade nacional privilegia o interesse particular não pode ser deduzido que a identidade cosmopolita leva em conta unicamente o interesse universal (inclusive na perspectiva kantiana, o cosmopolitismo não nega a importância do estado-nação). A reivindicação cosmopolita aspira à harmonização das obrigações universais e particulares através da realização de uma governabilidade global que tenha por base uma visão comum da condição humana.³

O cosmopolitismo possui várias matrizes teóricas, condensando-se historicamente no século XVIII em torno de ideais iluministas e racionalistas e em contra das guerras religiosas e dos estados absolutos. Entre as duas guerras mundiais do século XX, o cosmopolitismo afirma sua identidade na luta contra os nacionalismos e a favor da liberdade, mantendo afinidades com o liberalismo democrático e até com o internacionalismo socialista. Depois das experiências totalitárias, o cosmopolitismo aparece situado claramente dentro da tradição democrático-liberal, perdendo qualquer viés não-pluralista. Enquanto o nacionalismo não aceita nenhuma outra lealdade acima dos

³ O conceito de condição humana é entendido, seguindo em sentido amplo uma interpretação arendtiana, não como uma natureza ou essência predeterminada, mas como o conjunto de atividades específicas dos seres humanos que tem seu cume na ação política realizada em liberdade (Arendt, 1958).

interesses particulares do estado-nação, a cosmopolitismo aceitará então o desafio de harmonizar valores e preferências particulares e universais dentro de um *continuum* político, social, ecológico e moral, com nuances e diferenças internas (Linklater, 1998; Held, 1997). Mas não se deve entender o cosmopolitismo como uma idéia abstrata, quase hegeliana. A aceleração e a compressão de tempo e espaço, na época da globalização, nos convoca a deixar de pensar em termos abstratos. Assim, o cosmopolitismo também deverá ser pensado em termos concretos, em relação a fatos históricos e possibilidades reais, invés de utópicas.

III.

Como se deduz claramente dos comentários anteriores, nestas últimas décadas houve mudanças significativas em relação ao papel dos diferentes atores e às características dos regimes associados aos diversos problemas internacionais. Da mesma forma que nos anos 70 houve um papel destacado dos estados e nos anos 80 esse papel foi compartilhado com a sociedade civil, nos anos 90 o eixo da governabilidade se deslocou gradualmente para o campo do mercado e seus atores. A governabilidade global se baseia, certamente, num sistema de atores misto que funciona de forma poliárquica, mas isto não supõe que em cada momento histórico a responsabilidade de cada ator seja sempre a mesma. Projetar para o presente o papel que os estados tiveram nos anos 70 ou a sociedade civil nos 80 seria, portanto, um anacronismo. A governabilidade global supõe um sistema de atores misto que não pode estar enviesado por pressupostos ideológicos ou utópicos.

Nem as corporações econômicas, os estados ou as organizações não-governamentais podem ser excluídos do funcionamento dos regimes internacionais, mas isto não significa que ditos regimes devam subordinar-se sempre às preocupações e motivações de algum desses grupos de atores. Neste sentido, o que realmente interessa é que um determinado regime possa atender à resolução do problema agendado, e para isto não interessa tanto saber qual é a mais “justa” de todas as alternativas, mas qual é mais viável, qual contribui melhor para uma participação positiva dos diversos atores envolvidos. Por isso, o que realmente interessa num regime é o estabelecimento de regras de ação realistas, que permitam uma negociação progressiva entre os diversos atores na procura do objetivo comum. Em não poucas ocasiões, quando os regimes não funcionam, se verifica que os atores estabeleceram regras sem nenhum compromisso com a dinâmica real do mundo contemporâneo. A governabilidade pressupõe a existência de regras democráticas e cosmopolitas, a fim de que os atores possam negociar seus diferentes interesses, tanto como uma identificação realista de quais são os principais interlocutores por parte do conjunto nesse particular momento histórico, assim como em relação ao problema que os convoca. Caso se assuma a democracia de uma forma utópica, como um instrumento de igualação dos poderes de decisão dos diversos estados, ou como igualação do papel dos atores provenientes da sociedade civil e do mercado, o regime se estaria condenado ao fracasso. Um regime só pode ser efetivado quando ele foi processado de forma realista, identificando corretamente o peso dos interesses em jogo e dando a cada ator a importância e hierarquia que lhe correspondem dentro do conjunto.

Chegado neste ponto, o pesquisador deverá perguntar-se se é possível imaginar algum tipo de governabilidade dos problemas internacionais agendados, dado o contexto de complexidade, imprevisibilidade e particularismos do mundo globalizado atual. Certamente, não é possível imaginar padrões fixos de governabilidade que venham a resolver qualquer tipo de problemas. Mas sim é possível imaginar uma governabilidade focalizada em problemas concretos, cujo sucesso dependerá em cada caso das características e complexidade do problema abordado. Assim como não existe uma única dimensão para o processo de globalização, também os processos de governabilidade global não podem ser pensados de uma forma unidimensional. De fato, em cada caso temos um contexto diferente de governabilidade. Não é o mesmo pensar a governabilidade no caso do conflito no Médio Oriente, que no caso da mudança climática. Assim, a governabilidade global deve ser pensada como um processo complexo, integrado por numerosos processos que às vezes convergem, às vezes divergem, dependendo da capacidade dos atores envolvidos para interagir de forma democrática, realista e racional. Isto significa, em outras palavras, que a maior ou menor realização da governabilidade global, em determinado momento histórico, dependerá da orientação dos atores numa direção mais cosmopolita que nacional, mais liberal que utópica e mais realista que formal.

Não pode existir governabilidade global num contexto onde os atores colocam seus interesses nacionais por cima de qualquer outra coisa. Do ponto de vista histórico, resulta evidente que os Estados Unidos e as democracias liberais, em geral, foram os mais comprometidos com a manutenção de um sistema internacional de base pluralista. Gostemos ou não, não existe nenhuma alternativa de evolução realista para posições cosmopolitas que não partam das democracias liberais capitalistas. Sobre este ponto não pode haver confusão. A governabilidade global demanda dos atores uma visão democrática e cosmopolita do direito e da política, tanto como uma visão liberal da sociedade e da economia. Obviamente, isto não implica que todos os países e grupos sociais do mundo devam aceitar a visão de mundo ocidental em todos seus detalhes. Mas sim implica que a base para desenvolver um sistema de atores de orientação democrática e cosmopolita, capaz de garantir a governabilidade global, se encontra na dinâmica das democracias capitalistas mais avançadas de Ocidente. Mais uma vez, isto não quer dizer que se deva confundir a governabilidade com o capitalismo; existem numerosos exemplos de capitalismo (chamado às vezes de “selvagem”) que testemunham uma forte contribuição à in-governabilidade. Mas tão evidente quanto isto é o fato de que a tradição democrática está associada intimamente à história do capitalismo, não do socialismo ou do comunismo. Em outras palavras, a governabilidade global não pode ser pensada fora dos marcos de um capitalismo global de base liberal, que progressivamente adote valores cosmopolitas. Fora do capitalismo liberal temos forças nacionalistas e neofeudais que são intrinsecamente contrárias a qualquer hipótese de governabilidade global. Estas forças não são recém chegadas à estrutura do sistema político internacional, mas sua força vem crescendo rapidamente a partir da globalização. Os atores neofeudais minam qualquer perspectiva democrática a partir de sua adesão a múltiplas lealdades e poderes no interior do estado, assim como pela sua associação com a corrupção e o crime. Se as forças cosmopolitas são o melhor suporte para a governabilidade global, as neofeudais são o pior (estando as forças nacionalistas e liberais no meio do espectro entre ambas).

IV.

Os observadores da política mundial que são contra a idéia de um governo mundial, acreditando que isto serviria unicamente aos interesses dos Estados Unidos, desconhecem (ou se negam a reconhecer por motivos ideológicos) que as experiências totalitárias do nazismo e do comunismo havidas no século XX pretendiam, implícita ou explicitamente, impor um governo mundial com sede na Alemanha e Rússia, respectivamente, e que os valores que acompanharam a intervenção americana na Segunda Guerra Mundial foram o mais eficiente freio para o desenvolvimento de hegemonias totalitárias. A vocação cosmopolita norte-americana não desapareceu no Pós-Guerra, embora possa ser facilmente constatada o crescimento de contra-tendências, em função da *realpolitik* derivada da Guerra Fria com a ex-União Soviética (Brzezinski, 1998). As conseqüências dos atos terroristas realizados em Nova Iorque e Washington no 11 de Setembro de 2001, permitem novamente constatar o desenvolvimento de contra-tendências à vocação histórica cosmopolita dos Estados Unidos. Essas contra-tendências não devem ofuscar a visão do observador, pelo contrário, devem motivá-lo a um exercício de maior lucidez da política mundial. Com a desapareição do comunismo soviético e a expansão da globalização o mundo tinha se colocado frente à hipóteses de construir em forma lenta e progressiva uma governabilidade global de conteúdo democrático e cosmopolita através de ações multilaterais. As ações do terrorismo mundial não atenuam as chances de avançar na direção da governabilidade global, mas tornam definitivamente irrealistas as estratégias multilateralistas.

O mundo atual aumentou poderosamente seu grau de imprevisibilidade e potencialidade para o caos, tornando necessário repensar e atualizar a idéia de império e de governos fortes, em geral. A combinação de estados fracassados e semi-fracassados com corrupção e terrorismo a escala global gera uma clara demanda por um “império” (ou estado-imperial) à altura dos tempos, comprometidos com os direitos humanos e os valores cosmopolitas. A globalização da economia cria a ilusão de uma “ordem imperialista” que não se compadece com a realidade. As situações de relativa calma no cenário internacional induzem ao leigo a abandonar o realismo político e pensar a governabilidade a partir de utopias que confiam basicamente nas forças do mercado ou, inversamente, em utopias que apostam contra o mercado e a favor da soberania nacional. Seja em situações de paz ou de tensão ou guerra, como a inaugurada pelos atentados do 11/09, o componente essencial da governabilidade para um mundo globalizado econômica e tecnologicamente continua sendo a antiga *dura lex*. A questão imperial não deve ser vista hoje da perspectiva dos estados nacionais, mas do direito. Hoje existe uma grande quantidade de estados nacionais (cujo número aumenta exponencialmente) que dependem cada vez mais da ajuda externa para impor a lei em seus próprios territórios e populações. Em décadas passadas, ainda era possível pensar que a governabilidade desses estados dependia dos processos de transição do autoritarismo para a democracia, ou das várias alternativas oferecidas pelo capitalismo e o socialismo. Mas o século XXI está anunciando de forma clara que o problema de certos países não é de escolhas erradas no nível de regime político ou de modelo econômico, mas de severos fracassos na construção de seus estados. Somália, Bósnia, Kosovo, Serra Leoa, Afeganistão e Haiti formam parte de uma longa lista de sociedades que evidenciam um quadro político impossível de ser administrado sem uma intervenção externa. Em outras palavras, se começa hoje a perceber com clareza que a relação entre o sucesso ou fracasso social e econômico de um país (ou miséria) e o sucesso ou fracasso de seu estado, além de ser muita

mais íntima do que se pensava antes, se torna crítica quando pensada desde o eixo do estado. Países da solidez econômica e social de Rússia (ex-URSS), no início dos 90, ou de Argentina, mais recentemente, mostram quanto é efêmero o sucesso nessas áreas quando não vem acompanhado por um estado de bases sólidas.

Resumindo, num mundo globalizado constituído por um grande numero de estados fracassados e/ou semi-fracassados torna-se imprescindível a existência de um poder supranacional que garanta o exercício da lei a nível global. Obviamente, a existência desses estados inviabiliza qualquer instancia supranacional do tipo das Nações Unidas, baseada na igualdade jurídica de todos os estados. Resta, portanto, como única alternativa a construção de um “império” que viabilize e operacionalize a ordem global e os nascentes sistemas intergovernamentais e transgovernamentais que surja da estrutura de estados pós-westfalianos hierarquizados (comentados na parte II deste texto). Porém, contra as exigências da realidade, não apenas se levantam as posições ideológicas tradicionais vindas do campo da esquerda e da direita (e algumas outras inovações bizarras, difíceis de classificar, como a hipótese de “multidão global” de Hardt e Negri, 2001), mas também a própria inércia do estado norte-americano (Mallaby, 2002). Ainda quando o perigo dos estados fracassados e semi-fracassados ameaça direta ou indiretamente aos EUA, Washington até agora só dá sinais claros de assumir a tarefa da repressão mas não a do império da lei. Mesmo no país mais globalizado da história de Ocidente registra-se uma enorme dificuldade para entender corretamente o fenômeno da globalização e seus desafios.

V.

Embora América Latina seja um produto da civilização ocidental - o cientista político francês Alan Rouquie a definiu como “o extremo Ocidente” (Rouquie, 1987) - ela apresenta suficientes anomalias como para ser-lhe atribuída uma forte singularidade. Talvez o primeiro de muitos paradoxos que atormentam a região seja que o continente latino-americano nasceu com a época moderna, mas foi colonizada por monarquias católicas (Espanha e Portugal) imbuídas de um forte espírito pré-moderno. Ainda que em diversos graus em cada país, a região vive tensionada basicamente entre três grupos étnico-culturais bem diferenciados: indígenas (pertencentes a civilizações autóctones que não se encontram em nenhuma outra parte do mundo), negros (trazidos de África como escravos em grandes quantidades) e europeus (na condição de conquistadores primeiro e imigrantes depois). A América Latina poderia ser considerada uma sub-civilização dentro da civilização ocidental, mas isto levaria a esconder a tremenda ambigüidade e ambivalência do latino-americano em relação a Ocidente. Todas as civilizações padecem algum grau de ambigüidade em relação a seus origens e identidade atual, mas acreditamos o caso de América Latina é, de longe, o maior de todos. Não seria nenhuma novidade descrever a América Latina como uma cultura e uma população eminentemente sincréticas. Mas ainda que isto seja certo em boa medida, não parece que resolva o problema, já que o sincretismo suporia a existência de uma identidade mais definida e menos ambígua que a existente. De qualquer forma, resulta óbvio que, em qualquer caso, América Latina tem ainda uma enorme tarefa pela frente. Os países latino-americanos podem manter-se numa ambigüidade sincrética em relação a suas origens, mas encontrarão cada vez mais dificuldades para avançar senão revisam os fundamentos que sustentam sua ambigüidade

em relação à globalização e a Ocidente (tal como ficara evidente nas mostras de simpatia com “os motivos” que levaram aos atentados de 11 de setembro, por parte de importantes setores da opinião pública da região).

Para situar melhor o problema, digamos que, independentemente de eventuais declarações de um ou outro país, no início do século XXI apenas Chile e Costa Rica assumem-se plenamente como globalizados e ocidentais de fato e de direito. Em particular, chamam a atenção dois elementos (paradoxalmente, ao mesmo tempo contraditórios e complementares entre si) que condicionam fortemente o “sub-consciente” latino-americano na direção da barbárie: 1- o populismo autoritário, com raízes comuns na colonização ibérica e nas civilizações indígenas, que tem conseguido se reproduzir ao longo do século XX endeuando ciclicamente a diversos caudilhos (políticos ou militares, de esquerda ou direita), dificultando a consolidação do estado de direito, a democracia e a compreensão da importância suprema da lei por cima de qualquer outra coisa; 2- a utopia do igualitarismo, fruto (mais uma vez) da união paradoxal entre o catolicismo da colonização ibérica (especialmente daquele que vem da vertente pró-indigenista de Bartolomé de las Casas) e as ideologias revolucionárias que vinham de Europa (especialmente daquelas inspiradas no Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau), que tende a anular as responsabilidades do indivíduo frente à sociedade, fazendo-o acreditar que as desigualdades de desempenho entre os indivíduos são fruto de desigualdades históricas marcadas pela injustiça. Obviamente, a crítica do igualitarismo não supõe legitimar o passado das sociedades latino-americanas, mas sim mostrar como o discurso do igualitarismo contra a injustiça, que no passado foi cometida contra classes ou grupos humanos, serve hoje para amparar o parasitismo e a irresponsabilidade social, impedindo o cumprimento de exigências básicas da sociedade moderna, como a correta avaliação dos méritos de cada indivíduo, assim como a correta aplicação da lei (já que, implicitamente, se pretende que o exercício da lei no presente abra exceções que contemplem as injustiças feitas no passado, até com ancestrais remotos).

Apesar dos importantes vínculos que América Latina mantém permanentemente com os Estados Unidos e os países de Europa Ocidental, sua dinâmica não apenas mostra uma enorme dificuldade de transformar seus valores de origem, mas também não conseguiu evitar a aquisição dos preconceitos próprios da sub-cultura latino-americana. Importantes setores dos estados e das sociedades civis dos países latino-americano continuam ainda situando suas estratégias de ação social e políticas de desenvolvimento num contexto de confusas idéias utópicas de fundo anticapitalista e anti-globalizante, onde os principais atores são as organizações da sociedade civil e o estado nacional.

Comparado com o início da década de 1990, no início do século XXI tem se fortalecido uma cultura antiliberal que atribui as dificuldades e fracassos porque passa o continente às reformas econômicas liberalizantes. Devido a seu legado histórico (marxismo e estatismo nacionalista) esta corrente tem extrema dificuldade para perceber que na maioria dos países latino-americanos as reformas liberalizantes foram feitas apenas a medias. O déficit fiscal diminuiu mas continuou sendo muito grande, segundo os parâmetros internacionais, e os governos sub-nacionais diminuíram sua capacidade de emissão secundária de moeda (o principal instrumento eram os bancos estaduais e provinciais), mas ainda conseguem transferir para a nação fortes déficits. Os estados foram apenas parcialmente reformados

nos melhores casos e nos piores continuaram como antes, sendo fonte de improdutividade e parasitismo. Os sistemas tributários continuaram tendo um alto custo transacional e tiveram um desempenho pobre no combate a evasão. Em vários países as privatizações envolveram significativas doses de corrupção, a substituição de monopólios estatais por monopólios privados e deficiências nos novos marcos regulatórios. Em muitos países não foram criados regimes monetários, cambiais e fiscais que trouxeram credibilidade e previsibilidade ao funcionamento da economia. Um banco central independente, crucial para a modernidade capitalista globalizada, continua sendo um sonho longínquo na maioria dos países latino-americanos. Às dificuldades acima mencionadas produto do caráter limitado das reformas liberalizantes, agregam-se outras dificuldades provenientes do funcionamento do capitalismo contemporâneo, como a vulnerabilidade da região frente a mercados financeiros globais com baixa regulação e políticas protecionistas no setor agrícola dos países desenvolvidos.

De acordo com a classificação inicial dos estados nações, segundo a eficiência e eficácia de sua governabilidade, se conclui que os únicos estados desenvolvidos da América Latina são Chile e Costa Rica. Os estados emergentes são México, Brasil, Uruguai, Panamá e El Salvador. México devido a sua alta integração com a economia americana não está ameaçado significativamente de regressão. Já Brasil e Uruguai estão num equilíbrio instável devido que suas dívidas públicas são muito altas e em trajetória de crescimento, além de terem poderosos partidos políticos de esquerda, cujo compromisso com as regras da modernidade capitalista é no mínimo duvidosa. No caso do Brasil agregam-se os problemas do crescimento do crime organizado e ineficiências do arranjo federativo. No caso do Uruguai agrega-se o problema da baixa competitividade do seu sistema produtivo. Panamá e El Salvador também estão num equilíbrio precário já que a variável estabilizadora é a crescente integração com a economia americana.

Os estados semi-fracassados são Argentina, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela e Cuba, sendo que as razões para estarem em tal condição são diferentes em cada caso. Na Argentina é a falta de competitividade de sua economia particularmente comparada com as expectativas inflacionadas de sua população e uma estrutura política que promove um excessivo poder dos governadores provinciais. Na Colômbia a guerrilha esquerdista e o narcotráfico, com ligações cada vez mais profundas entre ambos, tem erodido profundamente a fábrica social. No Peru e Equador o principal problema é a sobrevivência de culturas indígenas de baixa compatibilidade com o capitalismo moderno. Na Venezuela tem havido uma dramática deterioração do sistema político desde início da década de 1980 que produziu, primeiro, altíssimas taxas de corrupção e, finalmente, na segunda metade da década de 1990, o crescimento do populismo na pior tradição latino-americana, que levou ao poder a Chaves. O regime chavista está destruindo rapidamente os componentes de estado de direito e economia de mercado previamente existentes. Em Cuba a ditadura castrista bloqueia a entrada do país na modernidade capitalista, apesar de ter um povo com fortes capacidades empreendedoras como o mostra o sucesso da comunidade cubano-americana nos EUA.

Nos estados fracassados temos uma proporção muito alta da população na pobreza totalmente distanciados da modernidade capitalista e com baixíssimas perspectivas de melhora: Bolívia, Paraguai, Guyana, Suriname, Nicarágua, Honduras, Guatemala e Haiti.

A principal questão para a dinâmica de América Latina na presente década está relacionada à situação do Brasil. Este país pode consolidar-se como estado emergente avançando na direção de estado desenvolvido, continuar como estado emergente em equilíbrio precário ou cair para estado semi-fracassado. Em qualquer dos três cenários seu impacto sobre América Latina será muito forte: como estado emergente consolidado poderia co-liderar junto com Chile um Mercosul ampliado ao conjunto de América do Sul ou uma rápida formação da ALCA (em ambos casos favorecendo a governabilidade dos outros estados da sub-região), como estado emergente precário continuará desempenhando o papel de uma força que incorpora alta incerteza no sistema, e como estado semi-fracassado levará ao resto da América do Sul (exceto Chile) a um forte deterioro que provavelmente poderia ser imaginada como uma realidade que combine as atuais Colômbia e Argentina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah (1958), *The Human Condition*. Chicago, University of Chicago Press.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (1998), *El Gran Tablero Mundial*, Barcelona, Paidós.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio (2001) *Império*, Rio de Janeiro, Record.
- HELD, David (1997), *La Democracia y el Orden Global*. Barcelona, Paidós.
- HELD, David et al. (1999), *Global Transformations*. Cambridge, Polity Press.
- HUNTINGTON, S. P. (1997) *O Choque de Civilizações*, Rio de Janeiro, Objetiva.
- KEOHANE, R. O. & NYE, J. S. (2001) *Power and Interdependence*, Nova Iorque, Longman.
- LINKLATER, Andrew (1998), *The Transformation of Political Community*, Cambridge, Polity Press.
- MALLABY, S. (2002) "The Reluctant Imperialist", *Foreign Affairs*, 81(2)
- ROSENAU, J. (1997) *Along the Domestic-Foreign Frontier. Exploring Governance in a Turbulent World*. Cambridge University Press.
- ROUQUIE, A. (1987) *Amérique Latine: Introduction à l'Extrême-Occident*, Paris, Seuil.
- VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor Ricardo (2001a) "Brazil and Global Governance: the Case of Climate Change" in: HOGAN, Daniel & TOLMASQUIN, Maurício (Orgs.) *Human Dimensions of Global Environmental Change. Brazilian Perspectives*. Rio de Janeiro, Brazilian Academy of Sciences
- VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor Ricardo (2001b), "Os dilemas civilizatórios da globalização frente ao terrorismo fundamentalista", *Cena Internacional*, Ano 2, Vol. 3 (Publicação digital do RELNET - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais da UnB e Fundação Alexandre Gusmão do MRE, Brasília) <http://www.relnet.com.br>